

Atos Oficiais

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS

Convocação para a 10ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa e Proteção dos Animais do ano de 2022

Convidamos os ilustres conselheiros nomeados de acordo com o Decreto nº7.214 de 31 de Agosto de 2021, a participar da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais de 2022, a ser realizada no dia 12 de setembro de 2022, segunda-feira, às 14 horas, a ser realizado na sede do Departamento de Proteção à Fauna Silvestre e Bem-Estar Animal, na rua João Domingues de Oliveira, 320 - Centro.

Pauta:

- Cães comunitários que oferecem risco a população
- Fiscalização do CMPDA aos órgãos pertinentes
- Alteração data reunião do CMPDA
- Feiras de Adoção

RESOLUÇÃO CMS nº 13/2022

O Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires (CMS) no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO o art.198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as competências regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.288, de 05 de novembro de 1990, modificada pela Lei Municipal nº 4.411 de 05 de maio de 2000, acrescida e alterada pela Lei Municipal nº 5.785 de 09 de dezembro de 2013:

Resolve: Nomear a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires, aprovado na 112ª reunião ordinária do dia 26 de agosto, para o período de agosto de 2022 a agosto de 2023:

Presidente: Marco Antonio Alves,
Vice-presidente: Hayly Ramos Siqueira,
1º Secretário: Eduardo Gallo
2º Secretária: Márcia Batista Cavallini.

Ribeirão Pires, 06 de setembro de 2022

MARCOS ANTONIO ALVES
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CMS nº 14/2022

O Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão Pires (CMS) no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO o art.198 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO as competências regimentais conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.288, de 05 de novembro de 1990, modificada pela Lei Municipal nº 4.411 de 05 de maio de 2000, acrescida e alterada pela Lei Municipal nº 5.785 de 09 de dezembro de 2013:

Resolve: Substituição da Conselheira Cleonice Alves da Silva por Ezequiel Melo dos Santos, e da conselheira Lilian S.K.Ribeiro por Jose Carlos Alves.

Composição da COFINS: Eduardo Gallo, Fabio Kiti Shiguemichi, José Cantídio de Sousa Lima, Luiz Carlos Celestino de Souza.

Ribeirão Pires, 08 de setembro de 2022.

MARCOS ANTONIO ALVES
PRESIDENTE CMS

ERRATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 SETUR – SECRETARIA DE TURISMO PARA CREDENCIAMENTO DE ARTESÃOS, CARRINHOS E FOODBKE GOURMET (DOCES ARTESANAIS), DESTINADO A PARTICIPAÇÃO NO CIRCUITO DAS ARTES DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

A SETUR - Secretaria de Turismo, no uso de suas atribuições legais, e pela competência delegada, faz saber aos artesãos e comerciantes de gastronomia artesanal, que no período de 22 de agosto a 30 de setembro de 2022, estarão abertas as inscrições para a seleção de interessados em participar do Circuito das Artes e Gastronomia na Estância Turística de Ribeirão Pires, cujo processo seletivo será de acordo com as normas correspondentes da Lei nº 6516 de 30 de novembro de 2020.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 22 de agosto a 30 de setembro de 2022, de Segunda a Sexta-feira, das 09h às 16h, na SETUR - Secretaria de Turismo, localizada no Centro de Exposições Ricardo Nardelli (Museu), Rua Miguel Prisco, 286, Centro, Ribeirão Pires/SP – 1º Andar.

1.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada (**Anexo I**)

1.1.2 Não poderão se inscrever servidores pertencentes aos quadros de funcionários desta Prefeitura e/ou prestadores de serviços de empresas terceirizadas vinculadas ao Poder Público, conforme lei de nº 8666/93 Art. 9 inciso 3º e menores de 18 anos.

1.1.3 Não será permitido o credenciamento de mais de uma pessoa pertencente a mesma família que residam no mesmo domicílio, independente do produto a ser comercializado.

1.1.4 Poderão participar do presente edital de chamamento público:

A) Pessoas físicas e jurídicas;

B) Entidades e associações;

2. DAS VAGAS

2.1 O número de vagas será de 100, sendo 70 selecionados de imediato e 30 ficarão como cadastro reserva cada haja desistência de algum selecionado.

2.2 Serão garantidas 5% das vagas para artesãos PcD (Pessoas com deficiência), conforme decretos federais nº 3298/99 e nº 9508/18.

3. DA SELEÇÃO

3.1 Passado o período de inscrições, terá início o processo de seleção, que será realizado por uma comissão, a ser nomeada pelo Secretário da SETUR – Secretaria de Turismo, sendo 03 (Três) funcionários da Secretaria. Caberá a comissão avaliar os produtos artesanais e gastronômicos, bem como os dados constantes no formulário de inscrição.

3.1.1 A seleção ocorrerá de 17 de outubro à 31 de outubro do ano vigente.

3.1.2 A comissão irá convocar os inscritos para apresentação dos seus produtos, devendo o convocado apresentar uma versão semi pronta, apenas para dar finalidade no dia do processo.

3.2. Os critérios para avaliação dos expositores são:

- Proposta de trabalho;
- Criatividade, estética e acabamento;
- Vínculo Turístico local;
- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Higiene e segurança;
- Sabor;
- Residente da Estância Turística de Ribeirão Pires

4. DAS AVALIAÇÕES

4.1 De acordo com o item 3.2 deste EDITAL, os inscritos serão avaliados de acordo com os itens descritos abaixo, e poderão somar notas de 0 a 10 pontos:

CRITÉRIOS	PONTOS
Proposta de trabalho	0,01 a 2,00
Criatividade, estética e acabamento	0,01 a 2,00
Vínculo Turístico local	0,01 a 2,00
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	0,01 a 1,00
Higiene e segurança	0,01 a 1,00
Sabor	0,01 a 1,00
Residente da Estância Turística de Ribeirão Pires	1,00

5. DO RESULTADO

5.1. O resultado do processo seletivo será divulgado por meio de lista fixada na SETUR – Secretaria de Turismo e publicada no diário oficial do município, no site www.ribeiraopires.sp.gov.br. A publicação acontecerá até o dia 25 de novembro de 2022.

5.2. Os selecionados deverão confirmar sua participação em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do resultado, comparecendo a SETUR – Secretaria de Turismo munidos dos seguintes documentos:

- 01 foto 3x4 recente;
- Xerox RG e CPF;

- Xerox do comprovante de residência em nome do titular;
- Xerox do título de eleitor;

6. DO RECURSO

- 6.1. O artesão não selecionado e que esteja em desacordo com o resultado, terá até 05 (cinco) dias úteis para entrar com pedido de recurso;
- 6.2. Os recursos devidamente fundamentados juridicamente terão efeito devolutivo a comissão, a qual caberá juízo de retratação ou não;

7. DA RESPONSABILIDADE PELO USO DO ESPAÇO

- 7.1. O transporte de qualquer item necessário para a barraca será de responsabilidade única e exclusiva do artesão selecionado.
- 7.2. Os artesãos selecionados são ainda responsáveis pelo transporte de equipamento e instalações conforme necessidade do próprio, com a devida autorização da SETUR – Secretaria de Turismo.
- 7.3. As áreas poderão ser fiscalizadas pela defesa civil, vigilância sanitária ou corpo de bombeiros, devendo suas recomendações, caso ocorram, serem atendidas de imediato.
- 7.4. O artesão assume total responsabilidade pela qualidade, procedência, validade e demais exigências previstas no código de defesa do consumidor em relação aos produtos por si comercializados.
- 7.5. O artesão selecionado para a área de gastronomia, de acordo com a norma técnica NR7-PMSO terá que apresentar o certificado de boas práticas de manipulação em serviços de alimentação, sob pena de perder a vaga no Circuito das Artes, em caráter obrigatório.

8. DA CONTRAPARTIDA

- 8.1 Cada artesão selecionado deverá entregar a título de contrapartida 1 (um) kit limpeza anual contendo:

1 (um) Rodo
1 (uma) Vassoura
1 Balde
1 Fardo com 12 rolos de papel higiênico
1 Kg de sacos de lixo 50L
5 Litros de cândida
2 Kgs de sabão em pó
2 Unidades de multiuso
2 Unidades de detergente
5 Litros de desinfetante
3 Panos de chão

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste edital.
- 9.2. A SETUR - Secretaria de Turismo prima pela qualidade e originalidade dos objetos e alimentos comercializados no Circuito das Artes, reservando-se ao direito de aprovar apenas expositores que considerar aptos, independentes da quantidade de vagas disponíveis.
- 9.3. A SETUR – Secretaria de Turismo poderá promover em espaços associados à feira de artesanato ações que tem como intuito incentivar a economia criativa, social, cultural e turísticas da cidade.
- 9.4. A participação no presente edital implica também, autorização para o uso de imagem dos expositores selecionados para divulgação institucional.

10. DOS LOCAIS

- 10.1 O Circuito das Artes poderá acontecer nos seguintes locais:

- Rua do Comércio (Calçada Banco Bradesco)

- Pontos turísticos sob responsabilidade da SETUR – Secretaria de turismo

11. DA VALIDADE/PRAZO

11.1. O presente edital tem validade de 12 meses a contar do dia 01 de janeiro do ano de 2023.

REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO CIRCUITO DAS ARTES

O Circuito das Artes de Ribeirão Pires foi idealizado e criado com o propósito de incentivar a atividade artesanal e gastronômica valorizando o artesão local, além de proporcionar a atividade cultural, criativa e econômica com geração de trabalho e renda. Artesanato é a expressão espontânea da cultura popular, manifestada através de objetos produzidos manualmente ou com ajuda de equipamentos e ferramentas, elaborados por um indivíduo ou grupo, utilizando matéria-prima natural e/ou reciclável, regional, técnicas tradicionais, expressando simbologias.

CAPÍTULO I

DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 1 - De acordo com o Chamamento Público nº 001/2022, cujo processo seletivo será de acordo com as normas correspondentes da Lei nº 6516 de 30 de novembro de 2020, o Circuito das Artes de Ribeirão Pires, acontecerá sob supervisão da SETUR – Secretaria de Turismo, em espaços públicos destinados pela mesma e sob autorização da Secretaria de Meio Ambiente, habitação e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2 - O Circuito das Artes será destinado à exposição de objetos novos, de cunho artesanal e trabalho manual. Os produtos serão avaliados de acordo com as seguintes categorias: artesanato, roupas, bijuterias, calçados, bolsas, brinquedos, quadros, pinturas em geral, cerâmicas, bordados, arranjos de flores, sabonetes, velas, embalagens, sucatas em ferro ou vidro, origami, utensílios de cozinha, de uso doméstico de modo geral, doces e bebidas artesanais.

Art. 3 - Não será permitida a venda de quaisquer produtos industrializados de qualquer natureza.

Art. 4 - Os alimentos e objetos artesanais que não possuem aprovação prévia da triagem feita, observados os critérios de qualidade, originalidade e acabamento, não poderão ser comercializados.

Art. 5 - Expositores selecionados pela comissão avaliadora, não poderão, em hipótese alguma, expor produtos que não foram inscritos, nem dividir espaço com expositor não selecionado.

Art. 6 - Para participar, o expositor deverá ter preenchido corretamente todos os dados da ficha de inscrição, conforme as normas especificadas nesse regulamento.

Art. 7 - Os expositores deverão exibir o Cartão de Identificação durante todo o período da feira. Os Cartões serão recolhidos no final da vigência do edital.

Art. 8 - A inscrição garante apenas 1 (uma) barraca/carrinho gourmet por expositor selecionado, estando expressamente proibida a inclusão e/ou divisão da mesma em locais diferentes.

Art. 9 - Não será permitido deixar objetos, barracas e afins em nenhum dos locais de exposição.

Art. 10 - A SETUR - Secretaria de Turismo não se responsabilizará pela guarda dos produtos destinados à venda e/ou objetos de uso pessoal.

CAPÍTULO II

DO LOCAL

Art. 11 - O Circuito das Artes, ocorrerá de acordo com o cronograma estabelecido pela SETUR – Secretaria de Turismo.

Art. 12 - As vagas serão distribuídas sob coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo a qual se reserva ao direito de priorizar 5% para expositores PcD (Pessoa com Deficiência).

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 13 - Ao expositor autorizado a participar do Circuito das Artes, será fornecida credencial individual que conterá fotografia, nome do expositor e descrição do produto.

Art. 14 - O horário estabelecido deste regulamento deverá ser rigorosamente respeitado pelos expositores, observando-se:

I - O artesão selecionado deverá cumprir o horário de funcionamento do Circuito das Artes.

II - A desmontagem da barraca será obrigatoriamente ao término do evento.

III - As áreas de exposição deverão estar totalmente ocupadas ao início do evento ou abertura do local destinado.

IV - Os veículos somente terão acesso ao local de montagem até o início do evento ou abertura do local, o expositor deverá descarregar o carro, estacioná-lo e depois montar a barraca.

V - Após o início do evento não será permitida a montagem de barracas.

VI - Após o horário não será permitida a entrada de veículos.

Art. 15 - Não será permitido o uso de barracas/carrinho gourmet fora do padrão estabelecido, inclusive lonas de proteção, salvo autorização para casos especiais previamente comunicados.

I – Barracas em ferragem galvanizada e lona.

II – As cores estabelecidas são: Branca e Vermelha. (Listrada)

III – As medidas estabelecidas para a padronização serão de: 1x1m, 1,5x1m ou 2x1m.

Art. 16 - Não será permitido o armazenamento de mercadorias fora das barracas.

Art. 17- Não será permitido o uso de araras, biombos, caixotes, escadas, manequins, estantes, apoiadores, que excedam

o tamanho da barraca.

Art. 18 - A observância das regras previstas no artigo anterior é de inteira responsabilidade do expositor.

Art. 19 - A designação da área de exposição dos trabalhos de cada expositor no Circuito das Artes se dá a título precário, devendo ser renovada no início de cada ano, podendo ser revogada pela Coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo por inobservância deste regulamento.

Art. 20 - A SETUR – Secretaria de Turismo não garante presença do Circuito das Artes em eventos privados e/ou de terceiros.

Parágrafo Único - Cada expositor poderá cadastrar até 3 nomes para trabalhar na sua barraca, sendo esses maiores de 18 anos, respeitando a entrega de todos os documentos necessários. O expositor deverá preencher formulário padrão, indicando o nome e o RG do substituto, assumindo a responsabilidade pelos seus atos durante o período do Circuito das Artes.

CAPÍTULO IV ALIMENTAÇÃO

Art. 21 - Entende-se por processo artesanal culinário, o alimento regional e/ou cultural, proveniente de receitas familiares e/ou étnicas produzidas em escala reduzida e os produtos naturais tais como, mel, chá e condimentos, bebidas artesanais, entre outros, desde que não sejam aplicadas técnicas industriais na produção.

Art. 22 - Todos deverão estar de acordo com as normas da vigilância sanitária, resolução nº 216 de 15/09/2004.

Art. 23 - FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS ARTESANAIS PARA CONSUMO IMEDIATO (Exceto degustação).

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 24 - A fiscalização do Circuito das Artes será realizada pela coordenação da SETUR – Secretaria de Turismo.

I – A SETUR – Secretaria de turismo fica responsável pela mudança do local da barraca dos expositores e autuá-los sobre irregularidades.

Art. 25 - O expositor deverá manter sua credencial em local visível durante o período da feira.

Art. 26 - Sempre que julgar necessária a SETUR - Secretaria de Turismo poderá:

I- Reavaliar qualquer de seus expositores credenciados;

II- Verificar o processo de produção artesanal sem aviso prévio;

Art. 27 - A SETUR – Secretaria de Turismo será responsável pela manutenção da qualidade do Circuito das Artes e avaliará constantemente os produtos expostos nas barracas conforme critérios especificados deste regulamento;

CAPÍTULO VI DAS ADVERTÊNCIAS

Art. 28 - Serão advertidos por escrito os expositores que não cumprirem as disposições deste regulamento, sendo-lhes vedada:

I- A venda ou exposição de material não especificado na credencial;

II- A venda e exposição de peças industrializadas e/ou adquiridas de terceiros;

III- A utilização indevida das áreas verdes, gramados, árvores, postes e canteiros plantados;

IV- A exposição de produtos nos bancos e postes de iluminação e sinalização dos espaços;

V- A fixação da barraca e toldos nos postes, bancos, bebedouros e árvores dos espaços.

VI – Mudança de layout sem prévia autorização;

VII – Deixar qualquer evento antes do término;

Art. 29 - As advertências e punições deverão ser comunicadas por escrito, pela SETUR – Secretaria de Turismo, devendo o expositor tomar ciência por escrito. Caso haja recusa 2 testemunhas deverão assinar.

Art. 30 - O expositor que receber 2 (duas) advertências será suspenso por 30 (trinta) dias de qualquer evento realizado no período.

Art. 31 - O expositor que receber 3 (três) advertências terá sua credencial cancelada.

Art. 32 - É vedado ao expositor apresentar-se em estado de embriaguez, perturbar o bom funcionamento do evento, praticar atos simulados, prestar falsas declarações e falsificar documentos, podendo resultar em suspensão.

Art. 33 - É proibido desacatar qualquer pessoa no exercício de suas funções (Coordenadoria, Funcionários dos locais, Guardas Municipais, etc.), estando sujeito a punição de 30 (trinta) dias de suspensão.

CAPÍTULO VII OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 34 - O expositor tem direito a solicitar a alteração da descrição do produto em sua credencial trimestralmente.

§1- A solicitação prevista será avaliada, com base na proposta inicial de trabalho do expositor e na diversidade e qualidade do evento;

§2- Caso o novo produto seja diferente da proposta inicial de trabalho do expositor, o mesmo deverá solicitar seu reingresso no Circuito das Artes, conforme os procedimentos descritos neste Regulamento.

Art. 35 - O expositor deve manter sua área de exposição sempre limpa, durante e ao término de cada evento.

Art. 36 - O expositor deve manter seu endereço e demais contatos sempre atualizados junto à Coordenadoria do Circuito das Artes.

Art. 37 - Fica proibido ao expositor o consumo de bebidas alcoólicas, durante a realização do evento.

Art. 38 - É de responsabilidade do expositor a qualidade, autenticidade e procedência das peças expostas, bem como o seguro contra roubos e danos das mesmas.

Art. 39 - O descumprimento deste Regulamento o expositor estará sujeito as seguintes penalidades: I- Advertência; II- Suspensão imediata das atividades por 30 (trinta) dias; III- Cassação da Credencial e cancelamento da inscrição.

Art. 40 - O expositor punido com pena de cassação, não será admitido no Circuito das Artes pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 41 - Todos os problemas surgidos durante o Circuito das Artes deverão ser encaminhados para a SETUR – Secretaria de Turismo, o contato com os expositores se dará através da mesma.

Art. 42 - Os casos omissos serão decididos pela SETUR – Secretaria de Turismo.

Art. 43 - O artesão assume total responsabilidade pela qualidade, procedência, validade e demais exigências do código de defesa do consumidor em relação aos produtos por si comercializados.

SETUR – SECRETARIA DE TURISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 PARA SELEÇÃO DE ARTESÃOS, DESTINADO A PARTICIPAÇÃO NA FEIRA DE ARTESANATO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME COMPLETO: _____

RG: _____ CPF/ CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ Data de nascimento ____/____/____

Título de eleitor: _____ Zona: _____ Sessão: _____

Telefone(s): (____) _____ Cel(____) _____

Email: _____

Mídias Sociais:

(____) Site: _____

(____) Instagram: _____

(____) Facebook: _____

Há quanto tempo trabalha com artesanato? _____

Já participou da Feira de Artesanato em Ribeirão Pires? (____) SIM (____) NÃO

Quando? _____

Descreva abaixo os produtos que pretende expor na Feira de Artesanato:

Descreva abaixo quais as técnicas, materiais e matérias-primas utilizadas para a confecção das peças elencadas:

Para Doce Artesanal

Descrever quais os ingredientes utilizados, embalagens, forma de acondicionamento, exposição na barraca/carrinho gourmet e temperatura para conservação do alimento:

Utiliza Conservantes? (____) SIM (____) NÃO

Quais? _____

DECLARAÇÃO

A. Declaro ter ciência de todos os termos do Edital, aceitando desde já todas as condições contidas na cláusulas do mesmo.

B. Declaro ainda NÃO SER SERVIDOR pertencente ao quadro de funcionários desta Prefeitura, não pertencer a programas, projetos e/ou prestadores de serviços de empresas terceirizadas vinculadas ao Poder Público e não ser menor de 18 anos. Que nenhum dos dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos, funcionários ou eventuais subcontratados são funcionários da Administração;

C. Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, que estou em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância as disposições impostas pelo inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;

D. Não estou cumprindo pena de inidoneidade com qualquer ente da administração pública;

E. Que NÃO SOU (____) ou SOU (____) inscrito no município como contribuinte e que nada devo aos cofres da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires.

Ribeirão Pires, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do proponente

Decreto Nº. 7.333 de 29 de agosto de 2.022.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar

Clóvis Volpi, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei nº. 6.693 de 02 de dezembro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto no Departamento de Controle Orçamentário da Secretaria de Finanças, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.816.107,93 (Nove milhões oitocentos e dezesseis mil cento e sete reais e noventa e três centavos) destinados a atender as seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.01.01	04.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	310.000,00
02.01.03	08.244.0068.2.097	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	45.000,00
02.03.01	03.122.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	85.000,00
02.04.03	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	310.000,00
02.04.04	04.122.0014.2.133	3.3.90.30.00	Material de Consumo	10.000,00
02.06.01	15.451.0026.1.216	4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições	33.000,00
02.06.01	04.122.0022.2.218	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	30.000,00
02.09.03	10.302.0053.2.283	3.3.90.30.00	Material de Consumo	400.000,00
02.09.03	10.302.0053.2.283	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	3.200.000,00
02.12.03	06.181.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	240.000,00
02.17.05	04.131.0007.2.160	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	10.000,00
02.24.01	12.361.0049.1.059	4.4.90.93.00	Indenizações e Restituições	398.000,00
02.24.02	12.365.0048.2.046	3.3.90.30.00	Material de Consumo	18.107,93
02.25.02	08.244.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	240.000,00
02.25.02	08.244.0015.2.136	3.3.90.46.00	Auxílio Alimentação	140.000,00
02.25.03	08.244.0068.2.265	4.4.90.52.00	Equip. e Material Permanente	300.000,00
02.25.04	04.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	155.000,00
02.25.04	04.122.0015.2.136	3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	20.000,00
02.26.01	27.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	1.860.000,00
02.27.01	18.122.0035.2.095	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	300.000,00
02.27.01	18.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	1.180.000,00
02.27.01	18.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	56.000,00
02.28.01	23.122.0015.2.136	3.1.90.11.00	Vencos e Vant. Fixas Pes. Civil	426.000,00
02.28.01	23.122.0015.2.136	3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	50.000,00
			TOTAL	9.816.107,93

Art. 2º- O valor do crédito adicional suplementar indicado no Artigo 1º, será coberto com:

R\$ 9.005.000,00 com excesso de arrecadação;

R\$ 300.000,00 recursos de Convênio com o Governo Federal;

R\$ 18.107,93 recursos do Convênio Brasil Carinhoso e redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente, assim classificadas:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	Valor
02.01.03	08.244.0068.2.097	3.3.90.32.00	Material de Distribuição Gratuita	40.000,00
02.01.03	08.244.0068.2.097	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terc. Pes. Física	5.000,00
02.04.05	04.122.0016.2.178	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	10.000,00
02.06.01	04.122.0022.2.183	3.3.90.36.00	Outros Serv. Terc. Pes. Física	30.000,00
02.17.05	04.131.0007.2.159	3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica	10.000,00

02.24.02	12.365.0048.1.048	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	398.000,00
			TOTAL	493.000,00

Art. 3º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 29 de agosto de 2022 – 308º. Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Publicado no Órgão de Imprensa Oficial
Processo n.º 38/2022

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CONCURSO PÚBLICO 01/2022
EDITAL Nº 003/22
ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO

O Presidente da Câmara do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a abertura das inscrições e estabelece normas para a realização do Concurso Público, para provimento de cargos do quadro permanente de servidores.

ENSINO MÉDIO COMPLETO/TÉCNICO - VALOR DA INSCRIÇÃO R\$ 65,00

Benefícios*: Vale Refeição no valor de R\$ 709,50, Auxílio Cesta Básica no valor de R\$ 206,98 e Auxílio Vale Transporte conforme legislação.

Auxiliar Administrativo 01 + CR - R\$ 1.559,08 40 h - Ensino Médio Completo

Técnico em Audio Visual CR - R\$ 2.560,64 40 h - Ensino Médio Completo + Curso Técnico na Área

ENSINO SUPERIOR COMPLETO - VALOR DA INSCRIÇÃO R\$ 81,00

Benefícios*: Vale Refeição no valor de R\$ 709,50, Auxílio Cesta Básica no valor de R\$ 206,98 e Auxílio Vale Transporte conforme legislação.

Analista de Gestão Pública 01 + CR - R\$ 4.699,95 40 h - Ensino Superior Completo em Administração, Direito, Gestão Pública, Economia, Engenharia, Arquitetura ou Contabilidade.

Analista de Tecnologia da Informação - LGPD CR - R\$ 4.699,95 40 h - Ensino Superior Completo em Análise de Sistemas, Ciências da Computação, Engenharia da Computação ou Tecnologia da Informação.

Jornalista 01 + CR - R\$ 4.699,95 40 h - Ensino Superior Completo em Jornalismo ou Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo + Registro no Conselho de Classe.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para o Concurso Público encontrar-se-ão abertas no período de 08 de setembro de 2022 até 10 de outubro de 2022.

As inscrições poderão ser prorrogadas, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES e/ou do AVANÇASP.

O Edital completo encontra-se disponibilizado no site da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires no seguinte endereço:

<https://www.camararp.sp.gov.br/proposicoes/Edital/2022/1/0/106806>

Convocação SESMT

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 12/09/2022 às 08:00 horas no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G - Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica.

Matricula	Nome
14064	ADRIANA CASTRO SILVA COSTA
12802	ALDA CORNELIO DE LIMA
6202	AMARILYS ADRIANA B.GALARCE
13222	EDILENE EUFRASIO EINDIGER
13423	EUNICE MARIA DA SILVA
13308	FLAVIA CAMILA DOS REIS OLIVEIRA
6646	HELENA AP. GERMANO A. AMORIM
11925	IVONALDO PEREIRA ADELINO
12019	JOSE CLAUDIO PEREIRA SANTOS
12035	JOSE EDUARDO FERRAZ DO AMARAL
7849	JULIANA TEIXEIRA CARDOSO COSTA
8790	KARLA FERREIRA GONZAGA DE SOUZA VASTA
6098	MARIA DE LOURDES DO CARMO
11916	MARINA D' ANDREA MISTIERI
11663	MONIQUE KAREN DOS REIS SILVA
2650	NEUSA DO NASCIMENTO
3604	ODAIR VIEITAS DE MAGALHAES
12937	PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA
9176	RITA CRISTIANE DE SALES TINE LIMA
12845	ROBERTA PINHEIRO DA SILVA SANTOS
12158	TELMA REGINA PACHECO EUCLIDES ROSA
7266	VALTER DA SILVA
11722	VANESSA MANGELE NORCE
14094	VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA
10571	VILMA TANIA TALARICO DE BARROS

Convocação - RH**Servidor: Jorgina Aparecida Felix - Matricula nº 13184**

Solicitamos seu comparecimento no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, sito Rua Miguel Prisco, 288, Centro de Ribeirão Pires, no prazo de 3 (três) dias úteis para justificativa das faltas.

LEI Nº 6.790, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixa de inspeção e poços de visita, tampas metálicas de telefonia, energia elétrica, água ou gás, no âmbito da Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências. (Autoria: Vereador Koiti Takaki).

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Torna-se obrigatório, pelas concessionárias de serviços públicos, o nivelamento de tampões, caixas de inspeção e poços de visitas, tampão de ferro fundido de telefonia, energia elétrica, água ou gás no local da execução de obras de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer outro serviço de manutenção em passeios e vias públicas.

§1º Para o disposto nesta Lei, considera-se obra qualquer serviço de pavimentação, recapeamento, reconstrução e operação tapa-buracos e os demais serviços de manutenção em vias e passeios públicos.

§2º A obrigatoriedade a que se refere o *caput* aplica-se independentemente da natureza jurídica do órgão ou empresa responsável pela intervenção na via pública.

§3º O nivelamento determinado no *caput* deve corresponder à mesma altura do piso da via pública ou passeio, deixando a superfície do pavimento sem degraus ou ressalto.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a matéria no que couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de 90(noventa) dias a contar da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 29 de agosto de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

ANDREZA DE ARAÚJO BATISTA
Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Processo administrativo nº 5522/2022 - PM

ANEXO À RESOLUÇÃO 006/22

REGIMENTO ELEITORAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER – CMDDM GESTÃO 2022/2024.

A Comissão Eleitoral, constituída pela resolução de 05 de 06 de setembro de 2022, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Elaborar o Regimento Eleitoral que normatizará o processo de escolha das representantes da Sociedade Civil organizada para compor o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Ribeirão Pires – SP para o biênio 2022/2024.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Conselho Municipal dos Direitos da Defesa da Mulher – CMDDM criado pela Lei nº 5.923/18 tem como finalidade elaborar e implementar políticas públicas sob a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

Art. 2º O CMDDM é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, composto por 10 (dez) membros nomeados pelo prefeito, sendo 05 (cinco) representando o Poder Público e 05 (cinco) representando a Sociedade Civil organizada;

Parágrafo único – A função de Conselheira é considerada de interesse público relevante e o seu exercício não é remunerado.

Art. 3º – O Processo Eleitoral para escolha das representantes da sociedade civil organizada compreenderá as seguintes etapas:

- I - Elaboração de Regimento Eleitoral e Edital de Convocação;
- II - Registro de Candidaturas;
- III - Impugnações e apresentação de recursos;
- IV - Análise e resultado dos recursos;
- V - Período para votação;
- VI - Solicitação de impugnações;
- VII - Divulgação do Resultado final;
- VIII - Nomeação e Posse.

Parágrafo único – Caso as inscrições efetuadas não preencham o número de vagas disponíveis a Comissão Eleitoral poderá fazer um novo chamamento para eleições complementares.

CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES

Art. 4º - As entidades não governamentais e demais movimentos da Sociedade Civil organizada, interessadas em participar do Processo Eleitoral do CMDDM deverão preencher os seguintes requisitos:

- I - Atuar no campo da promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, no âmbito do Município de Ribeirão Pires e comprometidas em promover e defender a igualdade de gênero;
- II - Ter no mínimo 1 (um) ano de funcionamento;
- III - Manifestar interesse e ter disponibilidade para participar das reuniões e atividades do CMDDM;
- IV - Solicitar o seu Registro de Candidatura, através do preenchimento da Ficha de Inscrição a ser fornecida através do link no Google Forms ou presencialmente, em tempo

Hábil.

Art. 5º – Cada entidade e demais movimentos da sociedade civil poderá indicar

01 (uma) candidata a conselheira e sua respectiva suplente.

Art. 6º - No ato de solicitação do Registro de Candidatura as entidades e organizações da sociedade civil deverão apresentar:

- I - Cópia do Estatuto e suas alterações;
- II - Cópia da ata da eleição e posse da atual diretoria;

§ 1º - Os documentos solicitados deverão ser encaminhados através do formulário via Google Forms ou presencialmente na SAPIS, localizados na Rua Conde de Sarzedas, 333 – Pastoral. No período 12 a 16 de Setembro das 08 h as 12 h.

§ 2º - A ausência de algum dos documentos acima mencionados acarretará o indeferimento do Registro de Candidatura da entidade.

§ 3º – Será dado publicidade através do Diário Oficial dos nomes das candidaturas deferidas e indeferidas.

Art. 7º - Para controle interno da Comissão Eleitoral, será atribuída numeração ao Registro de Candidatura, por ordem de recebimento das inscrições;

Art. 8º - A Comissão Eleitoral examinará a documentação apresentada pelas entidades até o dia **19 de Setembro** e divulgará as candidatas aptas a participarem do processo eleitoral no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único - No caso de constatação de irregularidades na documentação de alguma entidade, a Comissão Eleitoral indeferirá o Registro de Candidatura.

Art. 9º – As entidades terão 48h (quarenta e oito horas) após a publicação da listagem das candidatas, para apresentar por escrito, as solicitações de impugnação.

§ 1º – A solicitação de impugnação de inscrição de candidatura poderá ser feita de próprio punho, endereçada à Comissão Eleitoral, constando de forma clara e objetiva os motivos pelos quais a candidatura deverá ser impugnada.

§ 2º – A entidade cuja candidata tenha sido impugnada por decisão da Comissão Eleitoral, terá 24h(vinte e quatro horas) para apresentar por escrito, recurso.

§ 3º – O deferimento ou indeferimento de candidaturas, bem como de impugnações serão publicada no site da Prefeitura no dia 21/09/2022.

CAPÍTULO III – DA VOTAÇÃO

Art. 10 – O processo eleitoral das representantes da Sociedade Civil no CMDDM, realizar-se á no dia, 28 de setembro de 2022 das 08h às 14h – no Hall da SAPIS – secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social situado á Rua Conde de Sarzedas 333- Bairro Pastoral, nesta cidade.

Art. 11 – O Processo Eleitoral pela Comissão, que indicará, entre seus membros, uma coordenadora para dirigir os trabalhos, esclarecer dúvidas e resolver as eventuais questões de ordem e, ainda, uma secretária para elaborar a ata e auxiliar na condução dos trabalhos, as quais deverão ser aprovadas pelas representantes das entidades presentes.

§ 1º – As Eleitoras deverão apresentar-se munidas de documento de identidade, assinar a lista de presença.

§ 2º-O voto de mulheres transexuais será garantido por meio de autodeclaração de gênero a ser apresentada no dia da votação, munidas de documento de identidade com foto.

Art. 13 – O processo de votação será realizado por voto direto, secreto e individual através de cédulas.

Art. 14 – O voto será exercido pelas eleitoras comprovadamente moradoras do município de Ribeirão Pires, com apresentação do documento com foto.

§ 1º – Cada representante poderá votar em até 02 (duas) entidades/candidatas.

§ 2º – Será considerado inválido o voto cuja cédula:

- a) apresentar mais de 02 (duas) entidades/candidatas selecionadas;
- b) não estiver rubricada pelos membros da Comissão Eleitoral;
- c) estiver em branco;
- d) conter rasuras ou qualquer outro escrito.

Art. 15-Na cédula de votação constará:

- I – nome das candidatas e suas respectivas suplentes;
- II – a entidade a que pertencem.

CAPÍTULO IV – DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 16 – A apuração será iniciada após o encerramento dos trabalhos de votação.

§ 1º – Serão consideradas eleitas até 05 (cinco) candidatas mais votadas (titulares e suplentes) da sociedade civil organizada;

§ 2º – Em caso de empate, será considerada eleita a entidade que tiver o maior tempo de atuação no município;

§ 3º – Terminada a apuração, proclamará o nome das candidatas eleitas, a Ata da eleição será assinada pela comissão eleitoral e dado publicidade no site e no Dario Oficial de Ribeirão Pires.

CAPÍTULO V – DOS RECURSOS

Art. 17-Caberá recurso à Comissão Eleitoral contra o resultado final da Eleição.

§ 1º – Os recursos previstos no caput deste artigo deverão ser apresentados pelas entidades da sociedade civil organizada, por escrito, por meio da (o) sua (seu) representante legal à Comissão, no prazo de 24 h (vinte quatro horas).

§ 2º – O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado.

§3º – Será indeferido pela Comissão Eleitoral, o pedido de recurso não fundamentado, coletivo ou entregue fora do prazo.

§ 4º – Os recursos serão julgados pela Comissão Eleitoral e as respectivas decisões serão publicadas no site da Prefeitura e no Diário Oficial.

§ 5º – Da decisão da Comissão Eleitoral não caberá outro recurso.

CAPÍTULO VI – DA NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 18 – A Comissão Eleitoral deverá encaminhar a relação das conselheiras eleitas para emissão de Portaria.

Art. 19 - A cerimônia de posse das conselheiras eleitas será realizada na primeira Plenária do CMDDM em data a ser definida, no Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Os casos omissos deste Regimento Eleitoral serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

Art. 21 - Este Regimento Eleitoral entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Art. 22 - A Comissão eleitoral será dissolvida após a publicação do resultado dos recursos.

Ribeirão Pires, 09 Setembro de 2022.

Presidente da Comissão Eleitoral

Cristiano Sosi